

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A QUESTÃO NEGRA E A LUTA POR DIREITOS NO BRASIL: algumas reflexões

José Jonas Borges da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho trata da luta do povo negro na construção de instrumentos de política que busquem a superação do racismo no Brasil. Faz uma atualização desse debate, tendo no processo histórico a luta do povo negro e suas implicações na sociedade brasileira atual. Demonstra que uma das causas das desigualdades sociais tem relação direta com o racismo, tendo nas populações mais pobres da periferia das cidades o genocídio da juventude, como expressão. O trabalho encontra-se embasado em autores que debatem acerca da questão da formação brasileira, tendo Clóvis Moura como uma a maior referência por conta de seu legado teórico e político, que em muito constitui base de sustentação para o debate da questão racial. Metodologicamente, resulta de uma pesquisa bibliográfica para entender as origens do racismo no Brasil. Conclui que a luta contra o racismo é resultado da luta do povo negro que busca a conquista de direitos na sociedade brasileira.

Palavras-Chaves: Racismo, Direitos, Luta.

ABSTRACT

This work deals with the struggle of the black people in the construction of political instruments that seek to overcome racism in Brazil. It makes an update of this debate, having in the historical process the struggle of the black people and its implications in the current Brazilian society. It demonstrates that one of the causes of social inequalities is its direct relationship with racism, with the genocide of youth among the poorest populations on the periphery of cities. The work is based on the authors who debate about the issue of Brazilian education and has in Clóvis Moura a special attention in this article, chosen by the theoretical and political legacy, a base to support the racial issue. Methodologically the text is the result of a bibliographic search that seeks to understand the origins of racism in Brazil. It concludes that the fight against racism is the result of the

¹ Mestrando em Geografia. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail.jonascigra@gmail.com

struggle of the black people for the conquest of rights in Brazilian society.

Keywords: Racism, Rights, Struggle.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o debate acerca da luta da população negra contra o racismo no Brasil, tendo como base teórica a obra de Clóvis Moura, no que tange à questão racial. Para tanto, demarca alguns marcos históricos articulados com fatos e conquista contemporânea. Objetiva contribuir no sentido de atualizar o debate sobre o racismo, fazendo uma reflexão sobre suas implicações na atualidade brasileira.

A história do Brasil passa diretamente pela história do povo negro arrancado da África e escravizado no Brasil. Povo que, mesmo sob o jugo da escravidão, resistiu bravamente à violência imposta pelos senhores escravocratas, e hoje se impõe frente aos desmandos dos senhores do dos poderes políticos e econômicos. A história e as lutas do povo negro deram grandes contribuições para a formação da nação, e hoje a resistência assume o sentido de construir uma consciência de um projeto de emancipação, problematizando e buscando superar a visão construída do negro como sujeito passivo, sem ação política, e apresentando-se como sujeito ativo no processo histórico.

Como resultado de mais de quatro séculos de lutas e encontros à questão racial, demarca-se conquistas importantes no campo das políticas, como a Lei 10.638/03, que trata do ensino obrigatório da história africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Apesar disto, as populações negras continuam muita à margem das principais políticas públicas, reinando o racismo estrutural, o que pode ser constatado nas estatísticas que demonstram que a taxa de homicídio é maior nas populações negras, principalmente de jovens negros da periferia das grandes cidades brasileiras.

O resultado da pesquisa encontra-se estruturado em dois itens, além desta introdução e das considerações. No primeiro capítulo, se recupera a luta negra na construção e defesa de direitos. O segundo traz elementos das desigualdades sociais, que têm como causa maior o racismo estrutural, e que constituem uma das expressões

do atraso político do Brasil. Por fim, considera, referenciado nas contribuições de Clóvis Moura, que o negro no processo histórico constitui sujeito político, com ação e não passividade.

2 A LUTA NEGRA NO BRASIL: algumas indicações

Socialmente os negros vivem com os piores indicadores, tanto do ponto de vista das relações sociais quanto das relações econômicas. A ele, de modo geral, não são possibilitadas condições de moradia, educação, saúde e trabalho dignos. Em termos salariais recebe as menores remunerações e é quem encabeça os vitimados pela violência, inclusive institucional. Suas práticas culturais, como as religiões, continuam a serem intensamente perseguidas e profanadas, agredidas e violentamente atacadas.

Desmistificada a democracia racial apregoada por Freyre (2002), Moura agrega ao debate sobre o racismo brasileiro suas determinações sócio históricas, entendendo-o como estrutural de uma organização social baseada em classes, no caso, a serem observadas as peculiaridades do país. Nesta perspectiva, o negro deixa de ser passivo, cordato e assume lugar de sujeito histórico, com papel de resistência e luta no enfrentamento às desigualdades, esses enfrentamentos individuais e coletivos se constituíram como estratégia em grande parte marcada pela luta contra o aparelho do Estado que serviu historicamente ao sistema escravocrata (MOURA, 1988, p. 22)

Já em seu primeiro livro sobre a questão negra no Brasil, apresenta o negro em seu protagonismo histórico na luta contra a escravidão sem qualquer mascaramento, trazendo no título o papel negro nas “rebeliões e senzala”. Mostra em toda a sua obra o negro não submisso, no enfrentamento de classes, seja na produção escravista, seja nas expressões modernos do capitalismo (MOURA, 1988).

O pensamento de Moura, de forma autônoma frente à intelectualidade de seu tempo, muito inspirou aos movimentos de luta negra, referenciados nas expressivas lutas travadas contra a escravidão, em destaque as rebeliões e os quilombos, com a formação de lideranças negras emblemáticas como Zumbi dos Palmares, grande símbolo da resistência e luta negra no Brasil. As lutas foram ganhando força e referência, sendo a década de 1970 um marco, que é quando a dinâmica de luta se reafirma na sua dimensão política, reagindo às desigualdades estruturais marcantes na época e que perduram até hoje.

A luta consistia em garantir a participação dos negros e negras nos espaços de discussão e decisão, levar as particularidades das demandas negras, no sentido de ocupar os espaços sociais e políticos da sociedade, serem vozes ouvidas e sujeitos ativos dos processos. Construir uma identidade negra onde os negros pudessem se reconhecer e ter orgulho. E neste sentido, muitos foram os movimentos e organizações que se firmaram, dando uma direção às lutas e foram formados grupos em diversas áreas de atuação: intelectual, estudando, pesquisando e teorizando sobre as questões raciais; cultural, com ações que reafirmavam a identidade negra; religiosa, reconhecendo os cultos e ritos; mas também política, buscando a conquista de políticas públicas que considerassem as realidades negras.

A democracia racial, enquanto farsa ideológica é facilmente desmontada quando pensamos a atual configuração das condições de vida das populações negras no Brasil. De modo geral, a população negra vive em piores condições de vida em relação à população branca, podendo ser isto observado nas questões como moradia, emprego, e a partir dos serviços públicos que acessam, como saneamento, infraestrutura, educação e saúde. Em termos de trabalho, a regra são empregos ou atividades que exigem pouca qualificação teórica e técnica, o que implica em baixa remuneração.

Na fatia do mercado de trabalho que lhe é destinada encontram-se trabalhos como de vigilância, limpeza pública, doméstica, jardinagem, enfim, serviços de pouca remuneração e pouco ou nenhum reconhecimento pela sociedade. Sendo então que, assim como no período escravocrata ao negro cabia os trabalhos mais duros por sua cor de pele, hoje, sendo o racismo estrutural, o negro continua sofrendo o preconceito e discriminação como antes, ainda que o racismo brasileiro se manifeste de maneira ambígua tem sido altamente eficiente nos seus objetivos.

Como enfrentamento ao preconceito e discriminação, o Movimento Negro Unificado, em 1980, faz um chamamento à consciência negra, dizendo

Ter consciência negra significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade. Que ser negro não significa defeito significa apenas pertencer a uma raça que não é pior e nem melhor que outra, e sim, igual. Ter consciência negra significa compreender que somos tratados como subumanos, para que acreditemos ser inferiores passíveis de exploração, sem direitos de exigir tratamento exatamente igual aos dos não-negros. Ter consciência negra significa compreender que somos discriminados duas vezes: uma porque somos

negros, outra porque somos pobres, e, quando mulheres, ainda mais uma vez, por sermos mulheres negras, sujeitas a todas as humilhações da sociedade. Ter consciência negra significa compreender que a luta contra o racismo é longa e árdua, mas que nela devemos depositar a máxima energia possível, para que futuras gerações de negros, possam viver livres das humilhações que marcaram a vida de nossos antepassados e marcam as nossas hoje. Ter consciência negra significa, sobretudo, sentir a emoção indescritível, que vem do choque, em nosso peito, da tristeza de tanto sofrer, com o desejo férreo de alcançar a igualdade, para que se faça justiça ao nosso Povo, a nossa Raça. AXÉ. (FCRCN, 2009, citado por LIMA, 2015, p. 54/5).

O chamamento traz várias questões que fazem parte da vida e da cotidianidade negra, provocando uma profunda reflexão a partir de aspectos vistos, em primeiro momento, como simples, mas que são carregados de simbologias ideológicas da supremacia branca, como os cabelos e lábios; traz também aspectos mais profundos como o sofrimento histórico do povo negro e a responsabilidade com as gerações futuras.

Este processo de lutas antirracistas estava articulado a lutas em diferentes regiões do mundo ao longo de século XX. No Brasil, a exemplo de outras regiões do mundo, muitas foram as formas de lutas, com trabalho com de base nas mais distintas organizações, como partidos, sindicatos, grupos culturais (teatro e música), assim como escolas, que se propuseram a assumir essa bandeira. Como resultado passou a haver um maior comprometimento social e político dos segmentos que se identificam com a questão negra, ao mesmo tempo serviu para pressionar instituições, governos e o Estado a assumir posturas e políticas diferenciadas.

Temos hoje um aparato político de instituições voltadas para o trabalho junto às populações negras buscando a superação das formas de discriminação, preconceito e racismo.

A questão racial vai aos poucos se aproximando do debate de classe, que até então era considerada de menor importância pelas organizações e movimentos de luta, a partir da década de 1930. No contexto internacional, podemos afirmar que esse processo teve um crescimento muito grande ao longo do século passado, mesmo que em momentos distintos, mas sempre constante. Segundo Silva (2016, p. 98)

Ao redor do mundo, foi assim nos 1910/1920 e nos anos rebeldes 1960. E aqui no Brasil vimos o mesmo na esteira das lutas que levaram à derrubada da ditadura, a partir do final dos anos 1970. Em todos estes momentos, processos revolucionários, lutas democráticas ou contra a ordem burguesa forma acompanhados pelo crescimento da consciência racial e pela autoafirmação da negritude (SILVA.2016, p.98).

No Brasil o debate sobre classe acompanha a linha histórica, mas do ponto de vista de tomada de uma consciência racial da problemática negra, ela vai se dá de forma mais contundente na década de 1970. Como apontado acima, a luta contra a ditadura segue crescente articulada com luta em defesa da classe trabalhadora, com o destaque de que junto vem a defesa da classe, que sofria com o sistema político do racismo. Mas a luta continua e apesar das muitas conquistas muitos também são os desafios que se apresentam no ainda grave quadro das desigualdades sociais no Brasil, ocupando as populações negras, papel de destaque, sobre o que será abordado a seguir.

3 O RACISMO COMO QUESTÃO ATUAL NO BRASIL

Não podemos deixar de considerar que grandes conquistas resultaram da luta negra no Brasil, tanto do ponto de vista da garantia de políticas públicas quanto da formação. Neste sentido, a Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2.011, que se configura como política afirmativa de inclusão negra nas universidades públicas. Com o mesmo viés, a Lei nº 10.639, sancionada em 2.003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana.

No Brasil, muitos são as disposições legais que dispõem sobre a “igualdade racial”, o racismo e formas de discriminação, incluindo aí, sanções penais a serem executadas em caso de descumprimento da lei, mas o descumprimento dos preceitos constitucionais encontram-se explicitados em todos os âmbitos da vida social brasileira, e isto pode ser facilmente observado quando olhamos os dados de violência contra o negro no Brasil. Sobre tal violência, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2018, p. 5) dão conta que

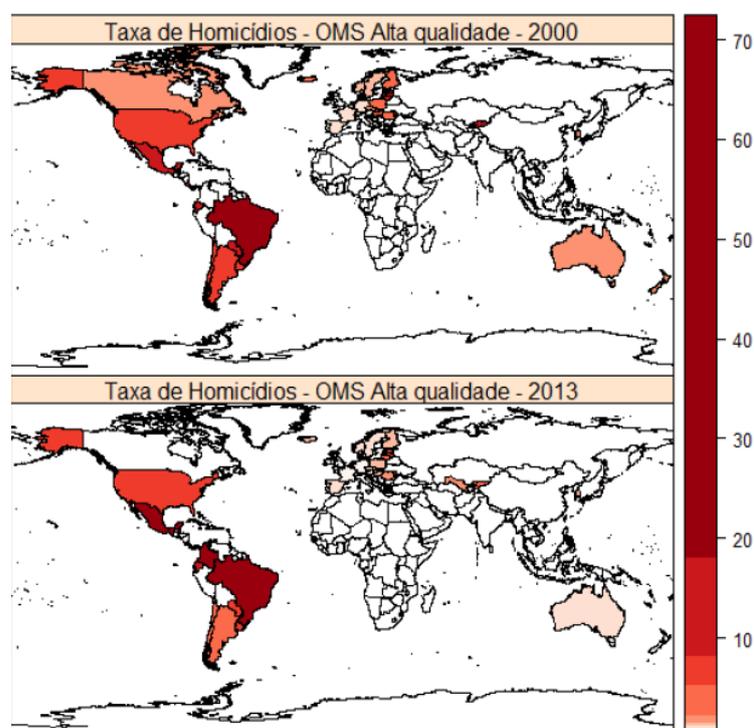
[...] a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas.

Ou seja, apesar das lutas e conquista negras, o Brasil ainda resiste em avançar no respeito à sua diversidade étnico racial, pois ainda que legalmente esta população esteja protegida por leis e normas, a intolerância racial se manifesta no extremo da violência, com o assassinato de negros.

Os dados tomam um tom de dramaticidade, se fizermos uma análise comparando os dados da violência em escala mundial. As pesquisas mostram que as maiores taxas de homicídios de 14 (catorze) países pesquisados em 2012, encontram-se em 13 (treze) países do continente americano, estando o Brasil entre os cinco com mais homicídios.

Importante observar que mesmo durante o período do governo do Partido dos Trabalhadores - PT, no governo central², que indiscutivelmente fez avançar muito as políticas públicas à população negra, a violência contra os negros não diminuiu, mantendo-se em termos mundiais, referência nesta categoria, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

Imagem 2. Taxa de homicídios - OMS alta qualidade (2.000 e 2.013)



Fonte FMI/World Economic Outlook Database, ONU/Divisão Estatística e OMS/Mortality Database, citado por IPEA/FBSP, 2018, p. 19)

Destaque na imagem para a permanência do Brasil em situação de destaque no cenário mundial, com o mesmo padrão de dados. Outro elemento para reflexão é que se o Brasil é um dos países com maiores índices de homicídios e os negros são 71,5% das

² O Partido dos Trabalhadores governou o país de 2003 a 2016, com dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016). No caso da presidenta, o segundo mandato foi interrompido por um golpe político-jurídico.

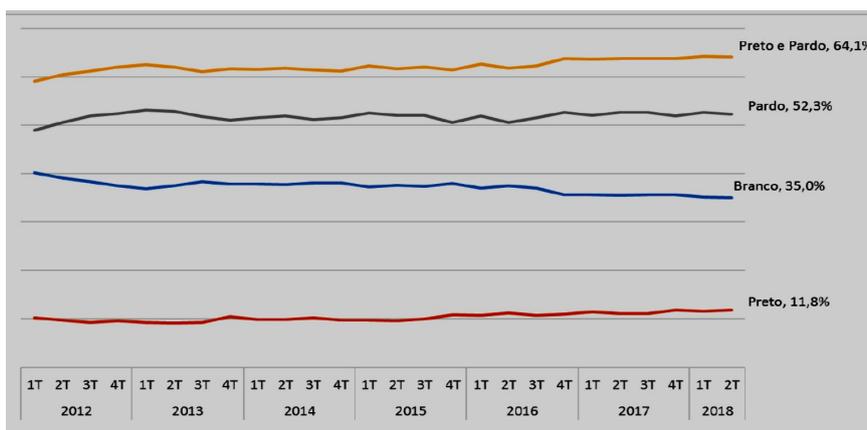
peças que são assassinadas no país a cada ano, vemos aí, indícios de que o Brasil é o país que mais assassina negros no mundo.

Internamente, os estudos apontam um crescimento sistemático, uma vez que a taxa de homicídios subia de 50 mil para 58 mil, de 2.008 a 2.013, chegando a 62.517 (sessenta e dos mil, quinhentos e dezessete) ocorrências em 2016, implicando tal situação em questões como a saúde e desenvolvimento social e econômico. (idem, p. 21/22). Em relação específica à violência praticada no Brasil contra a população negra, os dados apresentados são categóricos, mostrando que

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. [...], as taxas de homicídio relevam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distantes. (IPEA/FBSP, 2018, p. 41)

Os números, por si só, mostram de forma incontestável a farsa da democracia racial no Brasil, que continua configurado pelo racismo e preconceito. Como dito na citação acima, os dados sobre a violência mostram a existência de situações extremas, fazendo com que se perceba não só um país, mas múltiplos, sendo o dos negros, o de piores condições de vida, pois se os negros são fisicamente violentados, assim também o são no acesso ao trabalho, o que lhes possibilitaria melhores condições de vida. O quadro abaixo mostra que negros e pardos, juntos somam 64,1 % da taxa da população desocupada no Brasil, no segundo semestre de 2018.

Gráfico 1. Distribuição da população desocupada³ por cor ou raça – Brasil

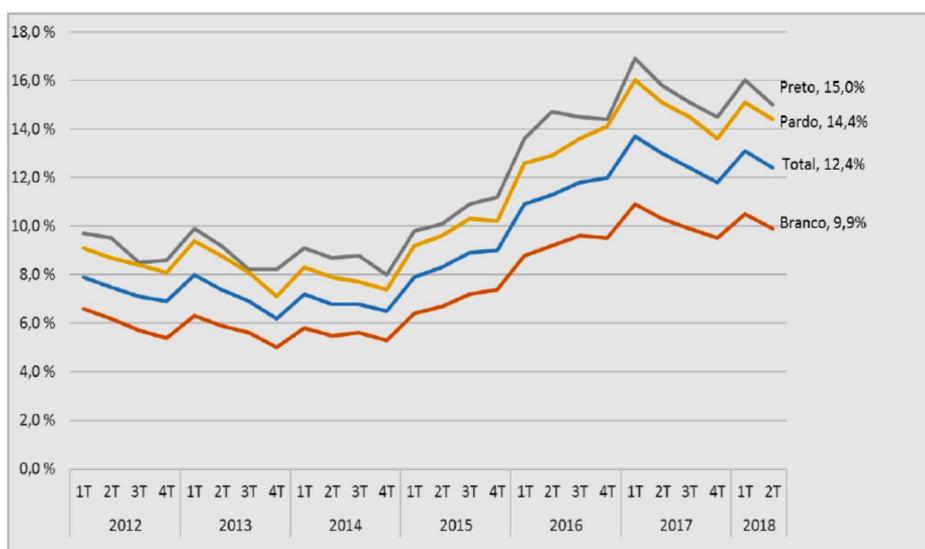


³ O IBGE considera pessoas desocupadas “na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem

Fonte: IBGE (2018, p. 29)

Conforme pode ser observado, os números mostram um crescendo no quantitativo, com insipientes variações de pessoas desocupadas, no período de 2012 a 2018. No entanto quando se trata especificamente da taxa de desocupação, o que vai se perceber é que a população negra é a que tem percentualmente falando, a maior taxa, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 2. Taxa de desocupação⁴ por cor ou raça – Brasil



Fonte: IBGE (2018, p. 30)

Como pode ser observado, as taxas de desocupação apresentadas têm entre as pessoas de preta as estimativas mais elevadas.

Este mesmo Instituto de pesquisa dá conta que há uma profunda desigualdade entre brancos e negros manifesta na remuneração, pois a PNAD informa que em 2017 a renda média dos negros era de R\$ 1.570,00 (hum mil, quinhentos e setenta reais), o pardo ganhava R\$ 1.606,00 (hum mil, seiscentos e seis reais), enquanto o branco tinha como ganho o valor de 2.814,00 (dois mil, oitocentos e quatorze reais), o que equivale a mais de 55% da remuneração recebida pelo negro.

trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência” (IBGE, s/d).

⁴ O IBGE considera taxa de desocupação “o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: [desocupados/força de trabalho] x 100” (IBGE, s/d).

Para concluir, em termos de indicações da desigualdade racial no Brasil, em 2016, ainda de acordo com a Pesquisa Nacional de Domicílios, a taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre a população negra e parda em relação à população branca. Em termos de ensino superior completo, em 2017, brancos com 25 anos ou mais contavam 22,9% nesta condição, enquanto negros e pardos alcançaram a marca de 9,3% diplomados. Tais dados encontram-se articulados ao fato de que entre as pessoas com 15 anos a mais, os negros e pardos apresentam média de estudos de 8,7 anos, enquanto para os brancos esta média é de 10,3%.

A utilização dos dados acima não se faz necessária para demonstrar a discriminação e o preconceito a que as populações negras vêm sendo submetidas. Como ranço histórico, as relações sociais insistem em manter negros e negras em condições subalternadas, impondo-lhes situações de desprestígio e desconsideração. Tais manifestações, como dito, não precisam ser apresentadas em número, pois que são vivenciadas e testemunhadas nos cotidianos de cada brasileiro, em todos os espaços, seja público ou privado, os negros continuam sentindo na própria pele as marcas do chicote do feitor, hoje de forma, em termos negada, mais tão intensa quanto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão é compreendida como elemento central das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam o país desde a colonização. As relações que foram daí estabelecidas têm no preconceito e discriminação racial a manifestação do racismo. Nesse sentido, mesmo com a abolição legal da escravidão, aos negros não foram oportunizadas condições efetivas de trabalho e vida dignos, lhes sendo negados direitos básicos, como educação, saúde, terra, moradia, enfim, políticas e serviços públicos em geral.

A contribuição de Clóvis Moura para a compreensão da questão racial no Brasil constitui central neste debate, com destaque para sua abordagem sobre o papel do negro, enquanto sujeito histórico na formação da nação. Muitas foram as teorias, os conceitos e afirmações sobre os fundamentos da formação do Brasil. Alguns consensos, mas muitas divergências caracterizam as compreensões sobre os vários aspectos da vida social, como cultura, religião, costumes, tradições, política e religiosidades, e trabalho, e em especial, o papel das populações negras neste processo.

Vale ressaltar que mesmo com todas as teses e políticas que tentaram marginalizar e invisibilizar o povo negro, chegamos ao século XXI com uma população negra e parda representando o maior percentual na sociedade. O resultado disso, é que mesmo com todas as formas de repressão, genocídio e perseguições, os negros criaram suas estratégias, articulados com setores organizados da sociedade. Devemos trazer aqui a importância da luta e articulações no contexto internacional, onde o Brasil buscou sempre se colocar junto a outros grupos para superação do racismo.

Finalizamos dizendo não ser possível exercer uma democracia plena sem antes resolver as questões sociais e raciais no Brasil. Questões históricas e estruturantes que precisam ser superadas para o desenvolvimento político e social do país, com base nas necessidades e direitos do povo.

REFERÊNCIAS

IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Algumas características da força de trabalho por cor ou raça.** s/d. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Trimestral/Caracteristicas da forza de trabalho por cor ou raca/Algumas caracteristicas da forza de trabalho por cor ou raca 2016 04 trimestre.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf). Acesso em 10 de março de 2019

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). **Mercado de Trabalho Brasileiro - 2º semestre de 2018.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>. Acesso em 15 de março de 2019

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2018.** Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em 03 de fevereiro de 2019

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala.** Editora Mercado Aberto, 4ª edição. Porto Alegre, 1988

LIMA, Francisca Gárdina dos Santos. **Identidade quilombola: uma construção na Unidade de Ensino Fundamental de Catucá- Bacabal/MA.** Monografia do Curso Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), 2015